



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANTINA
CNPJ: 06.842.827/0001-29

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esperantina:

MARCÍLIO GONÇALVES DE FARIAS PEREIRA, vereador deste município, vem propor à apreciação e deliberação do Plenário dessa Casa, o seguinte:

Projeto de Lei nº 16/2017,

de 19 de Setembro de 2017.

Dispõe sobre a preservação das Palmeiras de Babaçu no Município de Esperantina, Estado do Piauí, e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE ESPERANTINA, ESTADO DO PIAUÍ, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º As matas naturais constituídas de palmeiras de babaçu existentes no município de Esperantina, Estado do Piauí, são destinadas à sustentabilidade, com o usufruto comunitário, das quebradeiras de coco babaçu e suas famílias, que as explorem em regime de economia familiar e comunitária.

Art. 2º Fica proibida a derrubada de palmeiras de babaçu no município de Esperantina, Estado do Piauí, salvo:

I – nas áreas destinadas a obras, serviços e equipamentos públicos ou declarados como de interesse social pelo poder público municipal;

II – construção de moradia;

§ 1º para efeitos do disposto no inciso I do art. 2º uma área para ser declarada como de interesse público se faz necessário manifestação da(s) comunidade(s) envolvida(s);

§ 2º para efeitos do disposto no inciso II do art. 2º fica autorizada a construção de moradias mantendo 20% da área total preservada;

Art. 3º Fica proibido todo e quaisquer outros atos, além da derrubada, que possam causar danos diretos ou indiretos às palmeiras de babaçu, jovens e adultas, tais como: corte de cacho, queimadas, uso de agrotóxicos, uso de defensivos agrícolas, extração de palmito, cultivo de plantações, ~~queima e venda de coco inteiro~~, entre outras ações de degradação flagrante das áreas;

Art. 4º Será permitido apenas 1 (um) trabalho de raleamento em uma mesma área, com um limite de desmatamento máximo de 20% de palmeiras adultas e 20% de palmeiras jovens em cada hectare, distribuídas de forma a evitar a concentração de palmeiras na área.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANTINA
CNPJ: 06.842.827/0001-29

§ 1º para efeitos do disposto no art. 4º a manutenção de derrubadas, para raleamento, em quantidades equivalentes de palmeiras adultas e jovens, visa a manutenção de um sistema de proteção da área com desenvolvimento sustentável e conservação dos recursos naturais;

§ 2º serão sacrificadas prioritariamente as palmeiras improdutivas;

§ 3º para efeito do disposto no § 1º do art. 4º, deverá ser comunicado no prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e deverá ser acompanhado por: representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelas entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município e das comunidades tradicionais;

Art. 5º - As infrações pelo não cumprimento desta Lei, implicarão ao infrator as seguintes sanções, além de medidas civis e criminais, sobretudo no previsto na legislação ambiental:

I – advertência;

II – multa, que deverá ser aplicada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e será determinada conforme a dimensão dos danos causados às palmeiras e à área afetada, não podendo ser inferior a 5 (cinco) salários mínimos e não superior a 100 (cem) salários mínimos;

III – multa dobrada em caso de reincidência do infrator;

Parágrafo único. O produto da arrecadação das multas instituídas nesta Lei será revestido para a recuperação de áreas, projetos de educação ambiental na rede municipal de ensino, fortalecimento dos movimentos sociais que tratam da preservação das áreas de palmeira babaçu e para as políticas de aperfeiçoamento do sistema de gestão ambiental do município;

Art. 6º - A fiscalização do disposto desta Lei caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sob o acompanhamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelas entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município e das comunidades tradicionais;

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Gilberto Aguiar Chaves,
Câmara Municipal de Esperantina (PI), em 19 de setembro de 2017.

Marcílio Farias
Vereador - PT